XXV Congresso de Iniciação Científica da Unicamp

18 a 20 Outubro Campinas | Brasil

25 anos

2017

Políticas Públicas para Cooperativas de Catadores de Reciclagem no Município de Limeira/SP.

Victória R. Lorizola*, Rafael de Brito Dias.

Resumo

Diante do desencadeamento de questões sociais, econômicas e ambientais, oriundos do processo de globalização, surge a necessidade de inserir atores sociais em situação de vulnerabilidade no contexto econômico e social e sanar problemas ambientais, tais como o descarte de resíduos sólidos. Frente ao surgimento de trabalho informal, personificados nos catadores, organizados em cooperativas e associações ou de forma autônoma, este trabalho se propõe a identificar, no município de Limeira/SP, as políticas públicas que contemplem as cooperativas de reciclagem.

Palavras-chave:

Políticas públicas, cooperativas, reciclagem.

Introdução

Diante do atual contexto global e nacional, em que as desigualdades sociais e econômicas são agravadas e a geração de resíduos sólidos dá sinais de agravamento, surgem os catadores de material reciclado, exercendo a função de agentes ambientais, muitas vezes, em situações precárias.

Nesse sentido, as cooperativas de catadores de reciclagem surgem, com o apoio de igrejas, universidades e Organizações Não Governamentais (ONGs) e baseadas nos princípios da Economia Solidária, visando a organização e o fortalecimento do ofício.

Este trabalho objetivou o estudo das políticas públicas municipais que incluíssem cooperativas de reciclagem no âmbito local, a partir de reflexão acerca das políticas nacionais e municipais, através de documentos disponíveis assim como do trabalho de extensão da ITCP/UNICAMP-Limeira.

Resultados e Discussão

No Brasil, a globalização intensificou as desigualdades sociais implicando, nas décadas de 70 e 80, no ressurgimento da Economia Solidária, apoiado por entidades religiosas, universidades e Organizações Não Governamentais (ONGs). Nesse contexto tem origem a Cooperativa de Catadores Autônomos de Papel, Aparas e Materiais Reaproveitáveis (Coopamare), em São Paulo, e posteriormente em outras capitais. A organização dessas cooperativas culmina no Movimento Nacional dos Catadores (as) de Materiais Recicláveis (MNCR) e pressiona os governos locais e nacional, incluindo-os na Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). Para o funcionamento da PNRS, é necessário que os municípios elaborem Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.

Tem-se que 31,9% dos resíduos sólidos são de material reciclável e que somente 18% dos municípios realizam a coleta seletiva, programa fundamental entre a separação dos resíduos e o acesso ao material pelas cooperativas e catadores.

Quanto aos catadores, estimam-se entre 400 mil e 600 mil em todo o país, constituído por 31,8% de mulheres e 54,1% de pretos e pardos. Além disso, há cerca de 1100 organizações coletivas em funcionamento contando com apenas 10% de participação do total de catadores. Em 8% dos municípios que realizam a coleta seletiva

promove a inclusão produtiva de cooperativas e associações.

No caso do município de Limeira/SP, há a Cooperativa de Reciclagem de Limeira (COOPERELI) desde 2002, com 18 cooperados, instalada em local concedido pela prefeitura. Formulou-se o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS) em 2014 e, através da articulação com as Secretarias e o Centro de Promoção Social Municipal (CEPROSOM), implementou programas de incentivo à cooperativa e aos catadores, além de ações relacionadas ao meio ambiente. São eles: a destinação de material recolhido através da coleta seletiva, realizada em 35% da área urbana, à COOPERELI; o Projeto Reciclar Solidário, que visa a geração de trabalho e renda através da capacitação de catadores cadastrado (atualmente, 120 catadores estão cadastrados junto a CEPROSOM); e a articulação com a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP/UNICAMP-Limeira).

Conclusões

Ainda que identificada a importância da ocupação do catador, fortalecido em cooperativas e associações, muitas dificuldades são encontradas, especialmente porque as políticas públicas direcionadas a eles ou que os atinjam de alguma forma são recentes.

Os intermediários e as indústrias manufatureiras exigem dos catadores elevado volume de material por preços menores; as condições de trabalho são precárias; há dificuldade em adequar os princípios da Economia Solidária; os órgãos de fomento dependem, muitas vezes, de recursos; a educação ambiental não aborda o ofício.

Entretanto, cabe ressaltar, que o país conta com experiências exitosas, que auxilia na formação de novas cooperativas.

Agradecimentos

À Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares, UNICAMP, campus Limeira.

LIMEIRA. Prefeitura de Limeira. Disponível em:

<<http://www.limeira.sp.gov.br/>>.

MNCR. Movimento Nacional dos Catadores (as) de Materiais Recicláveis.

Disponível em: <<http://www.mncc.org.br/>>.

SINGER, P. Introdução à Economia Solidária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

DOI: 10.19146/pibic-2017-78206

XXV Congresso de Iniciação Científica da UNICAMP